
DEBATE & CRÍTICA

SÍLVIA MASSON

Fernanda Ribeiro; Maria Eugênia Matos Fernandes. [C/ colaboração de Rute Reimão.] – *Universidade do Porto – Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001. 693 p.

As autoras e a colaboradora possuem em comum, quanto à formação acadêmica, a licenciatura na Área de História e diplomas em curso de biblioteconomia-arquivista, ou especialização em Ciências Documentais.

A Apresentação da obra é feita pelo Reitor da Universidade, Prof. Dr. José Novais Barbosa, e o Prefácio é assinado pelo Professor Catedrático da Faculdade de Letras, Prof. Doutor José Marques, ambos refletindo a plena compreensão do trabalho realizado e satisfação com os resultados obtidos. E a publicação é relativa ao Projeto «O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa PRAXIS XXI.

A obra resulta de uma experiência prática de estudo de Arquivística, sob novo paradigma, desenvolvido em dois projetos de investigação realizados pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais, da Faculdade de Letras. Em verdade, o presente volume refere-se à primeira fase de um projeto global para toda a Universidade do Porto, havendo a perspectiva de serem publicados, pelo menos, mais dois que tratarão da seqüência da aplicação do método de tratamento arquivístico proposto às 15 Faculdades da Universidade do Porto, uma vez que na etapa atual foram contempladas as Faculdades de Arquitectura, Belas-Artes, Engenharia, Letras e Psicologia e Ciências da Educação.

O primeiro Projeto, intitulado «Gestão da Informação no Sistema de Arquivo da Universidade do Porto», nasceu da conjugação de duas circunstâncias. Uma delas consistiu na necessidade de oferecer estágio de 150 horas para o trabalho prático arquivístico de alunos do Curso de Especialização em Ciências Documentais, ministrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, previsto na grade curricular. Por esta razão é que o Arquivo da Faculdade de Letras passou a ser o campo da primeira experiência, em que alguns alunos iniciaram a aplicação prática da teoria aprendida. No entanto, ao serem iniciados os trabalhos, detectou-se que as sucessivas mudanças de instalações provocaram a ilegibilidade das cópias dos boletins de matrículas, exigindo a consulta aos originais que ficavam no Arquivo da Reitoria, ampliando a dimensão da tarefa a ser realizada, dificultada por um trabalho

descontínuo e com quantidade de horas de trabalho insuficiente para dar conta do volume de documentação a ser tratada. Para viabilizar o trabalho de forma sistemática e contínua as autoras elaboraram o Projeto que foi selecionado e aprovado pela INICT e concretizado de 1996 a 1998. O campo de intervenção ficou determinado pelas circunstâncias acima referidas, nesta primeira fase, circunscritas a duas unidades orgânicas da Universidade: a Reitoria e Serviços Centrais e a Faculdade de Letras.

Esta primeira abordagem demonstrou a necessidade da realização de um estudo orgânico-funcional da Universidade que as autoras justificam: «[...] apenas conhecendo de forma aprofundada a orgânica e as funções da entidade produtora é que se torna perceptível como, onde e porquê foi (é) gerada a informação que irá perdurar ao longo do tempo, formando a memória, ativa e passiva, dessa entidade. O estudo da evolução organizacional universitária, numa perspectiva diacrônica, constitui, além do mais, um instrumento precioso de apoio à própria gestão institucional.»

Diante desta convicção o primeiro Projeto foi ampliado às outras unidades orgânicas da Universidade e contemplado com um segundo financiamento, aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, no âmbito do Programa PRAXIS XXI, e o Projeto foi iniciado em Fevereiro de 1999. Trata-se de um Projeto denominado «O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada», cuja denominação reflete o tratamento metodológico proposto, rompendo com as práticas arquivísticas tradicionais que não atendem às necessidades de tratamento de sistemas organizacionais complexos. Nesta etapa o Projeto estendeu-se, então, para as Faculdades de Arquitectura, de Belas-Artes, de Engenharia e de Psicologia e Ciências da Educação.

Quanto ao limite temporal de que trata a obra ficou fixado entre 1911, ano de criação da Universidade, e 1999, por uma questão de manter uma fronteira para apresentar os resultados, desprezando-se, para efeitos do relato na presente publicação, o ano 2000, embora tenha havido necessidade de retroceder cronologicamente ao século anterior, para estudar a gênese dos sistemas de informação arquivística que precederam os das atuais escolas.

O objetivo principal da publicação é divulgar o método e o modelo de análise utilizado na Universidade do Porto, apresentado, em termos de investigação, como um estudo de caso, a que se aplicam a teoria e o método, propostos em obra, da qual uma das autoras deste trabalho, Fernanda Ribeiro, é co-autora¹, para que possam vir a ser utilizados na investigação a ampliar em futuras ações, nas demais Faculdades da Universidade, ou difundidos para outros casos similares (arquivos universitários tratados como Sistemas de Informação) e, finalmente, para outras realidades distintas, mas de complexidade similar, como os arquivos das Organizações com estrutura pluricelular.

¹ Ver: Armando Malheiro da Silva; Fernanda Ribeiro; Júlio Ramos; Manuel Luís Real – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. O livro foi distinguido com o Prémio Raul Proença da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Reproduzindo e sintetizando a base teórica perfilhada, as autoras questionam as práticas arquivísticas tradicionais aplicadas ao longo dos tempos para o tratamento documental dos arquivos e defendem uma mudança de paradigma condizente com a necessária mudança de atitude diante de uma nova realidade social em que os arquivos estão inseridos e precisam ser compreendidos. Para tanto, o ARQUIVO é assumido como um *sistema (semi)-fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço-uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*. E a Arquivística entendida como ramo aplicado da Ciência da Informação, dotada de um método quadripolar de investigação científica, de princípios, leis e terminologia adequadas ao tratamento sistêmico da informação produzida, porque nessa concepção, é a informação que dá aos arquivos a essência e constitui o objeto de estudo da Arquivística.

É necessário destacar que a informação de que se trata aqui é a *informação social*, definida pelos proponentes desta nova abordagem como sendo *o conjunto de representações mentais codificadas e contextualizadas socialmente*. Além de defini-la, é necessário pensar a informação e isto impõe fazer uso das teorias e dos modelos interpretativos/explicativos. No campo da teoria é que se situa a abordagem sistêmica da informação e, por consequência, do Arquivo. Decorre dessas definições de Arquivo e de Informação Social o estudo em termos orgânicos e funcionais para que o Sistema de Informação seja compreendido *em todas as suas virtualidades e na sua dinâmica*.

Por ser um estudo prático de aplicação da teoria, minuciosamente elaborada e fundamentada, no livro citado, justifica-se a coerência da apresentação da obra, objeto desta recensão, em suas duas partes, contribuindo para enriquecer o conhecimento em torno da informação arquivística tratada numa perspectiva sistêmica. Na «Parte I, Teoria, contexto e método», as autoras oferecem os fundamentos epistemológicos do método proposto para abordar arquivos a partir do conhecimento científico, desde que os arquivos sejam tratados como um sistema de informação e o método para trabalhá-los tenha em vista novos conceitos operatórios para a compreensão, a interpretação e explicação de como as Organizações necessitam e produzem informação.

Da combinação dos fatores que compõem o sistema (semi)-fechado de informação social resultam diferentes tipos de arquivo: arquivos unicelulares e arquivos pluricelulares (devido à estrutura orgânica); arquivos centralizados e arquivos descentralizados (devido ao serviço/uso) e arquivos ativos e arquivos desativados (devido ao fator memória/recuperação). E à identificação rigorosa da tipologia referida segue-se a aplicação, casuística ou por temas/problemas/variáveis, de um método quadripolar, antecedido por quatro princípios ou leis de caráter universal na atual abordagem investigativa (*princípio da ação estruturante; princípio da integração dinâmica; princípio da grandeza relativa e princípio da pertinência*), os quais são naturalmente subsumidos pelo pólo epistemológico; no pólo teórico figuram as teorias e hipóteses formuladas de acordo com a dinâmica natural do processo de pesquisa e estudo (a teoria sistêmica é claramente a preferida pelas auto-

ras, na linha do citado livro *Arquivística*): no pólo técnico há um conjunto de operações e procedimentos (observação e a análise/avaliação retrospectiva e prospectiva) tendentes à confirmação ou infirmação das teorias e hipóteses adoptadas e da problematização epistemológica (paradigmática) que enquadra a pesquisa; e, por fim, no morfológico ocorre a formalização dos resultados da investigação, através da representação do objeto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica.

Na «Parte II, Análise orgânico-funcional e arquivística», são apresentadas os critérios de abordagem e a estrutura orgânico-funcional recuperada através do levantamento feito a partir da análise da legislação e regulamentação, podendo assim ser feita uma representação da estrutura de gestão e dos serviços da Organização apresentada em cinco secções distintas. Principia pela Universidade do Porto, como um todo, destacando os aspectos de estrutura de gestão e serviços centrais; as Faculdades de Arquitectura e de Belas-Artes e o que as antecedeu; as Faculdades de Letras e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Os resultados são apresentados para cada secção obedecendo ao seguinte esquema:

- texto introdutório sobre a evolução orgânico-funcional da instituição;
- organigramas representativos da evolução diacrónica da estrutura orgânica, correspondendo cada um deles a momentos em que, por via legislativa, se consumaram alterações orgânico-funcionais particularmente significativas;
- excertos da legislação que serviu de suporte aos organigramas, com a finalidade de mostrar o que, por lei, é cometido aos vários sectores orgânicos;
- quadros sinópticos relativos aos diplomas legislativos que, ao longo do tempo, têm regulado a organização e funcionamento dos cursos e a atribuição de graus académicos, nas diferentes faculdades;
- lista de referências dos textos legislativos e regulamentares compilados e usados no estudo;
- exemplos que ilustram o contexto da produção informacional em diferentes instituições, a informação acumulada em arquivo e respectiva descrição e os circuitos (tramitação) da informação no interior da organização.

As autoras alertam que a estrutura orgânica representada é o retrato organizacional possível de ser construído através da regulamentação existente, podendo ou não traduzir a estrutura historicamente real, porque muitas vezes a lei não é aplicada de forma integral como foi escrita e aprovada, em outras, vários diplomas legais, estatutos, regulamentos tratam distintos aspectos da estrutura organizacional, necessitando-se conjugá-los todos para dar forma à estrutura resultante e chegar à reconstrução do respectivo organograma.

As Universidades e as Faculdades são regulamentadas por legislação e normas que enfocam três vertentes e os organigramas apresentados traduzem

isto: a *gestão* (ou o governo) *das instituições*, a *estrutura e o funcionamento dos serviços* e a *organização dos estudos e da investigação*.

Da estrutura orgânica decorre a componente funcional, ou seja cada componente da estrutura tem uma série de competências e atribuições, previstas no momento de sua criação, que resultam em atividades que geram informação.

As autoras vinculam, também, as ressalvas pertinentes ao trabalho ora apresentado, dando os limites do recorte do objeto de estudo, para que o leitor tenha a justa medida do que está sendo apresentado e do que seria necessário num estudo e análise arquivística rigorosos e detidos, buscando as interações com entidades externas ou mesmo o funcionamento de unidades esporádicas ou intermitentes.

Há de se destacar a solução eficiente do uso de cores identificadoras das várias componentes estruturais dos organigramas de forma que a estrutura de gestão será apresentada em amarelo, a estrutura dos serviços (administrativos e técnicos), por azul claro, e a estrutura pedagógica e científica, por verde. Tal solução permite visualizar a evolução dessas componentes em cada uma das organizações.

Um outro aspecto importante a ser considerado é o relativo ao texto introdutório sobre a evolução orgânico-funcional da Instituição. Não é pretensão das autoras, e da abordagem proposta, «resgatar» a verdade histórica das origens e evolução da cada instituição, para usar o termo historiograficamente hoje tão questionado e questionável, mas tão somente conhecer a evolução dinâmica e buscar informações importantes para contextualizar e construir o quadro orgânico-funcional a partir da legislação que cria e normatiza o funcionamento dessa instituição, bem como o uso de outras fontes, segundo uma leitura possível e submetida à análise crítica de tudo o que for levantado sobre a origem, evolução e funcionamento dessas instituições, mas com o propósito de conhecer a gênese do sistema de informação, objeto do estudo ora apresentado, da Universidade do Porto, sob o ponto de vista de um sistema organizacional que produz informação organizacional, num contexto sistêmico. É uma das leituras possíveis, sujeita ao cruzamento com outras informações, inclusive as provenientes das inter e extra-relações da instituição e da própria produção informacional levantada, de forma que o Arquivo esteja dinamicamente interligado e relacionado com os vários sistemas conexos.

Um belo e eficiente exemplo de produto deste trabalho investigativo de recomposição da dinâmica da estrutura orgânico-funcional da Universidade do Porto, incluindo os sistemas de informação que antecederam sua criação, é a «linha de tempo», ilustrada graficamente na página 39, que sistematiza a informação compilada das várias unidades orgânicas da Universidade, desde as unidades remotas que deram origem às Faculdades de Arquitectura e de Belas Artes, incluindo as integrações e alterações ao longo do tempo até a atualidade. Resulta, pois, numa representação esquemática que propicia conhecermos, em linhas gerais e sistematizadas, o dinamismo evolutivo, inclusive os organismos não integrados à Universidade do Porto, mas que compuseram ou compõem com ela sistemas conexos. Os textos que acompanham a evolução da

estrutura organizacional e o estudo orgânico-funcional consolidam as pesquisas feitas com os levantamentos de legislação, estatutos e regulamentos que dinamizam a trajetória do objeto de estudo.

Poder-se-ia dizer que a Parte I da obra contempla a aplicação dos pólos epistemológico, teórico e técnico e a Parte II está destinada à formalização dos resultados de análise e do estudo empreendido e se inscreve no pólo morfológico do método de investigação quadripolar adoptado.

A Parte II inclui os resultados do estudo orgânico-funcional da Universidade do Porto, as suas relações com a informação arquivística, com exemplos destinados a servirem como modelo em nível metodológico. A apresentação segue a mesma estrutura e os mesmos critérios de abordagem usados para a análise da Universidade do Porto, obedecendo o raciocínio do geral para o particular, em relação aos outros objetos de estudo desta fase do Projeto: começa pelos textos, contendo a gênese evolutiva da Instituição, a sua estrutura de gestão e a sua estrutura de serviços e, se for o caso, a estrutura pedagógica e científica, seguidos pelos sucessivos organigramas e excertos de legislação que tratam das alterações estruturais, acompanhando a dinâmica institucional – no caso da Universidade do Porto, como órgão central, um total de 12 organigramas, sendo o primeiro de abril de 1911 – data de criação – até ao mais atual em julho de 1999. Complementando essa informação, segue-se o levantamento das leis e regulamentação, constituindo-se nas referências que tratam do funcionamento das unidades orgânicas, citadas em ordem cronológica. Encerra-se o estudo, com a contextualização orgânico-funcional e descrição arquivística de séries/documentos resultantes das «funções académicas», através da escolha de um exemplo que melhor caracterize ou represente a unidade orgânica em questão. Inicia-se esta secção da obra com um texto que apresenta os resultados e comentários da análise e estudo orgânico-funcional, seguidos dos quadros sinópticos de contextualização orgânico-funcional e descrição arquivística das séries e documentos. A descrição arquivística das séries e documentos aparece em quadros de contexto, com cinco campos, em que são estabelecidos os objetivos previstos na lei de criação, a estrutura que compõe a Unidade, as competências (também previstas na legislação), as atividades, que só podem ser recuperadas nos sectores orgânicos que estejam em funcionamento, e, finalmente, as séries/documentos produzidos. Complementando o quadro sinóptico, foi elaborada uma lista ordenada de séries e documentos objetivando a recuperação da informação. Esta descrição documental se restringe aos elementos básicos para identificação das espécies, previstos na Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), tendo sido acrescentado um enunciado dos respectivos serviços produtores, resultando no título das séries, subséries e documentos, as datas-limite, descrição física (volume) e sector ou sectores orgânicos produtores de acordo com as alterações, no decorrer da dinâmica institucional, indicando o período cronológico referente.

O estudo feito na Universidade do Porto e a proposta de realizá-lo à luz de uma metodologia científica, que incorpora as proposições de reformulação do fazer arquivístico de acordo com as exigências da contemporaneidade, ganha

uma significação sem precedentes, porque traz para o conhecimento geral a aplicabilidade prática de teorias e concepções que visam tratar as organizações que a sociedade humana cria para atender as suas necessidades, como um sistema de informação organizacional, onde ocorrem inúmeros sistemas e processos formais e informais de informação e de comunicação, interdependentes, que interagem e produzem resultados, sem os quais nenhuma organização consegue funcionar. Sendo a informação um recurso absolutamente indispensável para as organizações atingirem seus objetivos, depreende-se a importância de um sistema de informação na otimização da gestão organizacional. E é exatamente o que a experiência vivida na Universidade do Porto, pelas autoras e a equipe constituída, alcança com a proposição da criação do Sistema de Informação Arquivo.

A metodologia proposta dá conta de tratar a informação acumulada e propicia o gerenciamento da informação produzida contemporaneamente, conservando a lógica e a organicidade da produção durante toda a existência das organizações, utilizando o mesmo critério de abordagem desde a origem, acompanhando a dinâmica da trajetória institucional.

Ao entender o arquivo como um sistema (semi)-fechado de informação social e a Arquivística no campo da Ciência da Informação que o investiga segundo metodologia e princípios indutivos numa proposição teórica inovadora e coerente, as autoras viabilizam a prática arquivística segundo um novo paradigma, em que o tratamento da informação está ao serviço da preservação da memória institucional e o papel do arquivista relacionado com uma função fundamental no tratamento da informação enquanto recurso essencial para a gestão organizacional, propiciando uma visão estratégica e prospectiva da organização. O contraponto fica por conta de que a Arquivística, durante tanto tempo tratada como «ciência» auxiliar da História, é agora, pela mão de profissionais com formação na Área, mas com uma visão sistêmica e transdisciplinar, alçada a um paradigma científico e pós-custodial.